

Espaço Jurídico: Journal of Law [EJLL]

v. 18 n. 2, maio/agosto 2017

<http://dx.doi.org/10.18593/ejll.v18i2>



Editora Unoesc

E-ISSN 2179-7943

| | | | | | |
|-----------------|---------|-------|------|------------|----------------|
| Espaço Jurídico | Joaçaba | v. 18 | n. 2 | p. 299-590 | maio/ago. 2017 |
|-----------------|---------|-------|------|------------|----------------|

© 2017 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.
Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 – Joaçaba – Santa Catarina, Brasil
Fone: (55) (49) 3551-2065 – Fax: (55) (49) 3551-2004 – www.unoesc.edu.br – editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação

Débora Diersmann Silva Pereira - Editor Executivo

Copidesque: Bianca Regina Paganini, Caren Scalabrin, Gilvana Toniélo, Giovana Patricia Bizinela

Revisão Eletrônica: Bianca Regina Paganini

Projeto gráfico: Simone Dal Moro

Capa: Mix Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

| | |
|-----|---|
| E77 | Espaço Jurídico / Universidade do Oeste de Santa Catarina. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun. 2000). – Joaçaba : Ed. Unoesc, 2000- v. ; 28 cm Quadrimestral 2016- ; Semestral 2000-2015; Publicado a partir do v. 13, n. 1 (2012) sob o título: Revista Espaço Jurídico : Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] Modo de acesso: http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico ISSN 1519-5899 – ISSN on-line 2179-7943 1. Direito - Periódicos I. Universidade do Oeste de Santa Catarina. Doris 340.05 |
|-----|---|

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária – Campus Joaçaba

Editor-Chefe

Carlos Luiz Strapazzon, Doutor, Professor Unoesc, Brasil
strapazzon.carlos.luiz@gmail.com

Editores Assistentes

Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz, Doutor, Prof. PPGD Unoesc, UNOESC, Brasil
Robison Tramontina, Doutor, Professor PPGD Unoesc, Chapecó, SC, Brasil, UNOESC
Wilson Antônio Steinmetz, Doutor, Professor UCS (RS) e UNOESC (SC), Universidade de Caxias do Sul (UCS) Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Brasil

Editores Associados (Brasil)

Matheus Felipe Castro, Doutor, Prof. PPGD-Unoesc, Chapecó, SC, Brasil, Doutor, Professor Unoesc, Brasil
Rogério Luiz Nery da Silva, Doutor, Professor PPGD-Unoesc, Chapecó, SC, Brasil, Doutor, Professor do Mestrado UNOESC (SC) e EMERJ (RJ), Brasil
Yuri Schneider, Doutor, Prof. PPGD-Unoesc, Chapecó, Brasil

Editores Associados (Espanha)

Waldimeiry Correa da Silva, Doutora, Prof. Universidad Loyola Andalucía, Sevilla, España, Universidad Loyola Andalucía, Sevilla, España

Endereço eletrônico: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/index>

Indexações

FUNDACIÓN DIALNET | UNIVERSIDAD RIOJA, ESPAÑA
<https://dialnet.unirioja.es/>

SUMÁRIOS.ORG | BRASIL
<http://www.sumarios.org/>

ACADEMIC JOURNALS DATABASE
| SWITZERLAND | SUÍÇA
<http://journaldatabase.info>

CATÁLOGO COLETIVO NACIONAL DE PUBLICAÇÕES
SERIADAS (CCN), DO IBICT.
<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/catalogo-coletivo-nacional-de-publicacoes-seriadas%28ccn%29/sobre-o-ccn>

LATINDEX | UNAM, MÉXICO
<http://www.latindex.unam.mx>

DIADORIM | BRASIL
<http://diadorim.ibict.br/>

REDIB | GOVERNO DA ESPAÑA
<https://www.redib.org/>

ICAP | REDE PERGAMUM | BRASIL
<http://www.pergamum.pucpr.br/icap/index.php>

GOOGLE SCHOLAR METRICS
<https://scholar.google.com/intl/en/scholar/metrics.html>

QUALIS - CAPES A 1 | BRASIL
<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

Missão: A Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] dedica-se, prioritariamente, à publicação de artigos científicos sobre direitos fundamentais. A [EJLL] tem preferência por estudos relativos aos direitos fundamentais sociais e civis estabelecidos em Tratados de Direitos Humanos e em Constituições. Neste âmbito, a EJLL tem especial interesse por trabalhos que adotam a metodologia dogmático-jurídica de análise e de crítica da existência jurídica, da natureza normativa, da estrutura formal, da vigência, de vínculos de obrigações, dos meios jurídicos disponíveis para concretizá-los, de restrições, violações e de responsabilidades por atos ilegítimos que envolvem direitos fundamentais. Por causa da atenção com a efetividade social desses direitos, a EJLL também incentiva a submissão de trabalhos que adotam metodologias de análise e de crítica filosófica de teorias e discursos, bem como trabalhos que adotam metodologias das ciências sociais e que ofereçam análise e crítica de políticas públicas específicas, bem como de práticas sociais (de empresas, de movimentos sociais, de organizações não governamentais, de indivíduos) relativas esses direitos fundamentais. Terão alta prioridade para publicação os artigos que ofereçam relevantes contribuições para aprimorar o entendimento relativo ao dever de respeito, de proteção jurídica, de não retrocesso e de efetivação progressiva desses direitos.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES

A revisão de artigos científicos é realizada pelo método “double blind peer review”. Por esse método, que é também conhecido como de “duplo anonimato”, o autor é anônimo, os avaliadores são anônimos e especialistas na área do artigo. A Revista conta com uma equipe de mais de 80 revisores ad hoc, nacionais e estrangeiros, todos doutores e especialistas nos temas prioritários do periódico. Os revisores podem sugerir a rejeição de artigos, porém com fundamentação. Os originais não são devolvidos. O resultado da avaliação sempre é enviado ao autor. Antes de serem publicados, os artigos aprovados são encaminhados à Editora da Unoesc para a revisão final de normalização e formatação. Os autores terão acesso à versão revisada de seus trabalhos e podem fazer ajustes formais nessa última etapa.

ÉTICA DO PEER REVIEW | EJLL:

FINALIDADE. A revisão por pares garante que apenas boas pesquisas sejam publicadas. É também uma forma de melhorar a qualidade das pesquisas, pois os autores recebem as sugestões e críticas formuladas.

ESPECIALIDADE. Ao receber um convite para revisar um artigo da EJLL o revisor deve considerar se “o artigo realmente corresponde à sua área de conhecimento”.

TEMPO ADEQUADO. O revisor deve considerar se “tem tempo para revisar”. Estimamos que demora, em média, três horas para fazer uma revisão adequadamente. Se não puder, o revisor deve comunicar o editor imediatamente e, se possível, ajustar o prazo com o Editor ou recomendar o nome de outros possíveis revisores.

CONFLITO DE INTERESSES: O revisor deve considerar se há algum potencial conflito de interesse. Um conflito de interesse não impede, necessariamente, a revisão de um artigo, mas transparência com o editor possibilita a correta tomada de decisão pela EJLL.

SIGILO: A revisão deve ser conduzida de maneira confidencial. O artigo não deve ser exposto a outras pessoas. Se desejar saber a opinião de colegas a respeito do artigo, o revisor deve comunicar o editor com antecedência.

COMITÊ DE ÉTICA: Pesquisas que envolvem seres humanos ou substâncias humanas como objeto de pesquisa serão avaliadas também, em blind review, pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNOESC, nos termos do Art. 3º, II, VI e nos temas do Art. 3º, IX, do Regimento Interno, disponível em:

http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/pesquisa/res.106-consun-2013altera_regimento_interno_comite_etica_em_pesquisa-unoesc_e_hust_1.pdf

PARECER SUFICIENTE. O revisor deve oferecer um parecer simples, claro e completo. Suas recomendações contribuirão para a decisão final a ser tomada pelos editores.

A PRIMEIRA AVALIAÇÃO:

A primeira avaliação do artigo é feita pela Equipe Editorial da Revista, Editor-chefe e Editor de Seção. Avalia-se se o estudo é um avanço legítimo e inovador, se é apresentado de forma clara e concisa, e se está no contexto mais amplo dos desenvolvimentos da área dos direitos humanos e dos direitos fundamentais.

SUMÁRIO

EDITORIAL

A grande colheita de dados e a teoria do direito no Brasil 305

The great data harvest and the theory of law in Brazil

Carlos Luiz Strapazzon

EDITORIAL

Dívida pública no Brasil: diferentes medidas e significados 309

Brazilian public debt: different measures and meanings

José Roberto Afonso, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas

O caso Riggs vs. Palmer como um “modelo” adequado para decidir sobre os direitos fundamentais no panorama da constitucionalização do direito no Brasil 321

The case Riggs vs. Palmer as an appropriate “model” to decide about fundamental rights in the overview of constitutionalization of Brazilian law

Wilson Engelmann, Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Raquel von Hohendorff, Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Paulo Júnior Trindade dos Santos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos

The role of the university in terms of realisation of freedom of teaching and freedom of scientific research – polish case 347

O papel da universidade em termos de realização da liberdade de ensino e liberdade de pesquisa científica – caso polaco

Aleksandra Syryt, Cardinal Stefan Wyszyński University

A constituição do Reino da Suécia, o estado-providência e o estado mínimo 359

The constitution of the Kingdom of Sweden, welfare state and minimal state

Ricardo Antonio Lucas Camargo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A convenção internacional para a proteção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado e seus impactos no Brasil 381

The international convention for the protection of all persons against forced disappearance and its impacts in Brazil

Luciano Meneguetti Pereira, Centro Universitário Toledo

Direito constitucional de recorrer e a judicialização da ineficiência empresarial 421

Constitutional right to appeal and the judicialisation of business inefficiency

Joaquim Falcão, Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas

Ivar Hartmann, Fundação Getúlio Vargas

Direito fundamental à liberdade de reunião e controle de constitucionalidade de leis penais e de sua interpretação e aplicação: contribuição para o direito de reunião como sub-ramo autônomo do direito administrativo..... 433

The fundamental right to freedom of assembly, constitutional control of criminal laws and its interpretation and application: a contribution to the understanding of the right of assembly as an autonomous sub-branch of administrative law
Leonardo Martins, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Justiça e segurança pública desde uma perspectiva da transição no Brasil..... 491

Justice and public security from a transitional perspective in Brazil
Antonio Sérgio Escrivão Filho, Escola Nacional de Administração
Fernando Luis Coelho Antunes, Universidade Católica de Brasília

Prostituição, estigma e marginalização: o reconhecimento do vínculo de emprego das profissionais do sexo..... 509

Prostitution, stigma and marginalisation: the recognition of the employment relationship of sex workers
Felipe Cittolin Abal, Universidade de Passo Fundo
Pâmela dos Santos Schroeder, Universidade de Passo Fundo

Direito à saúde e Unidades de Tratamento Intensivo Neonatal (UTINs): uma breve reflexão sobre a eficácia das decisões judiciais no Estado do Maranhão 525

Right to health and Neonatal Intensive Care Unit (NICU): a brief reflection on the effectiveness of judicial decisions in the state of Maranhão
Edith Maria Barbosa Ramos, Universidade Federal do Maranhão
Lidia Cunha Schramm de Sousa, Professora na Universidade Ceuma

Reverendo mais de 70 anos em menos de 7 meses: a tramitação da reforma trabalhista do governo Temer 545

Reviewing more than 70 years in less than 7 months: the Temer government's labor reform
Roberto Di Benedetto, Universidade Positivo

Diretrizes para Autores 569